

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Tuper S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
Com o relatório do auditor independente

Tuper S.A.

Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tuper S.A.
São Bento do Sul (SC)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tuper S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tuper S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com instituições financeiras, os quais contêm cláusulas de compromissos sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“*debt covenants*”), e que são aferidos periodicamente. Em 31 de dezembro de 2019, alguns desses *covenants* não foram atendidos. Desta forma, de acordo com os contratos mantidos com às instituições financeiras, os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures poderiam ser requeridos a serem pagos de imediato. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) determinam que tais dívidas, nestas circunstâncias, sejam reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante. A Companhia optou por não proceder tal reclassificação e, desta forma, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante estava subavaliado e o passivo não circulante estava superavaliado em R\$153.008 mil (R\$181.049 mil em 31 de dezembro de 2018).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que no período findo em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$250.102 mil e R\$ 248.226 mil, respectivamente, sem considerar o assunto descrito na seção “Base para conclusão com ressalva”. Adicionalmente, conforme divulgado nessa nota explicativa e na nota explicativa nº 26, a Companhia renegociou parte de sua dívida mediante um plano de recuperação extrajudicial homologado no Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme previsto nos artigos 162 e 163 da Lei 11.101/05. Entretanto, até que suas operações se tornem recorrentemente rentáveis, o que depende do sucesso das medidas adotadas pela Administração para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial, as quais incluem a plena continuidade do Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia dependerá do suporte financeiro de terceiros para financiar suas operações conforme descrito nas referidas notas explicativas.

Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, inclusive no que se refere aos créditos tributários diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no montante de R\$130.715 mil e os créditos a receber com partes relacionadas no montante de R\$177.473 mil, ambos em 31 de dezembro de 2019, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa conclusão não está ressalvada em função desses assuntos.

Ênfase – programa de parcelamento tributários (Refis)

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 15 e nº 16 às demonstrações financeiras, que descrevem as incertezas relacionadas com o resultado das ações judiciais movidas pela Companhia contra a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) e Receita Federal do Brasil (“RFB”), em virtude da sua exclusão dos programas de parcelamento fiscais (“Refis”). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade (teste de *impairment*) dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, tais como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo relacionado ao ágio totalizava R\$117.227 mil e está divulgado na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade desse ativo ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, percentuais de crescimento dos mercados e rentabilidade de seus negócios para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, na revisão das projeções de fluxos de caixa futuros preparadas pela Administração, incluindo a avaliação da metodologia e do modelo utilizados; na análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado; e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de recuperação do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 16. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, a Companhia constituiu provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$44.482 mil e R\$44.971 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019. Para as demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, no montante de R\$329.683 mil e R\$330.978 mil, respectivamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou divulgação em nota explicativa.

Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas, bem como ao fato de que a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportada por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos; inspeção de atas; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, com o suporte de nossos especialistas da área tributária; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

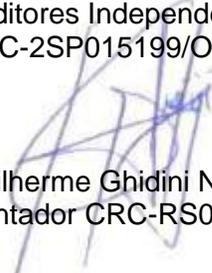
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

Tuper S.A.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	682	317	973	529
Aplicações financeiras	5	51.565	34.859	51.879	35.648
Contas a receber	6	125.974	151.018	132.497	162.681
Estoques	7	87.079	97.744	93.386	103.989
Impostos a recuperar	8	44.525	19.493	44.657	19.597
Outros créditos		1.216	787	1.366	860
Despesas antecipadas		1.541	1.570	1.570	1.591
Total ativo circulante		312.582	305.788	326.328	324.895
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	356	806	391	806
Impostos a recuperar	8	81.621	1.892	81.621	1.892
Impostos diferidos	23.b	65.173	66.346	65.173	66.346
Depósitos judiciais	16	2.913	2.037	2.983	2.153
Créditos com partes relacionadas	17	177.473	177.473	177.473	177.473
Outros créditos		485	452	485	452
		328.021	249.006	328.126	249.122
Propriedade para investimentos	10	2.891	2.891	2.891	2.891
Investimentos em controladas	9	792	792	-	-
Outros investimentos		10	10	10	10
Imobilizado	11	392.804	405.017	399.649	405.622
Intangível	12	129.449	131.110	129.449	131.110
		525.946	539.820	531.999	539.633
Total ativo não circulante		853.967	788.826	860.125	788.755
Total do ativo		1.166.549	1.094.614	1.186.453	1.113.650

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	230.962	205.604	231.758	206.361
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	244.833	232.590	265.068	252.122
Arrendamento mercantil		3.815	-	5.653	-
Obrigações sociais		17.259	14.849	18.170	15.690
Obrigações tributárias		3.817	3.747	6.909	5.140
Parcelamentos tributários	15	17.346	16.005	18.241	16.383
Adiantamento de clientes		25.451	16.018	7.338	7.834
Outras obrigações		19.201	15.536	21.417	17.285
Total passivo circulante		562.684	504.349	574.554	520.815
Passivo não circulante					
Fornecedores	13	86.977	91.941	86.977	91.951
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	294.768	356.747	294.768	356.747
Arrendamento mercantil		2.315	-	7.148	-
Obrigações tributárias		865	784	865	784
Parcelamentos tributários	15	51.934	54.895	54.646	55.913
Provisão para contingências	16	44.482	41.872	44.971	43.414
Total passivo não circulante		481.341	546.239	489.375	548.809
Total do passivo		1.044.025	1.050.588	1.063.929	1.069.624
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	175.000	175.000	175.000	175.000
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	35.070	37.262	35.070	37.262
Prejuízos acumulados		(87.546)	(168.236)	(87.546)	(168.236)
Total do patrimônio líquido		122.524	44.026	122.524	44.026
Total do passivo e patrimônio líquido		1.166.549	1.094.614	1.186.453	1.113.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	19	1.012.246	905.092	1.105.165	988.466
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	(828.650)	(749.796)	(862.759)	(779.282)
Lucro bruto		183.596	155.296	242.406	209.184
Despesas com vendas	20	(106.786)	(95.994)	(133.854)	(118.543)
Despesas gerais e administrativas	20	(22.982)	(26.369)	(26.948)	(27.390)
Outras receitas e despesas, líquidas	20	73.045	(6.549)	73.075	(7.483)
Equivalência patrimonial	9	17.065	21.040	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		143.938	47.424	154.679	55.768
Receitas financeiras	22	107.557	33.944	107.802	34.237
Despesas financeiras	22	(141.254)	(150.893)	(147.725)	(155.567)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		110.241	(69.525)	114.756	(65.562)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.a	(30.570)	-	(35.085)	(3.959)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	(1.173)	(2.900)	(1.173)	(2.904)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		78.498	(72.425)	78.498	(72.425)
Lucro líquido (prejuízo) por ação, básico e diluído - em reais	25	201,20	(185,63)	201,20	(185,63)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	78.498	(72.425)	78.498	(72.425)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	78.498	(72.425)	78.498	(72.425)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	175.000	39.794	(98.343)	116.451
Prejuízo do exercício	-	-	(72.425)	(72.425)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(2.532)	2.532	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	175.000	37.262	(168.236)	44.026
Lucro líquido do exercício	-	-	78.498	78.498
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(2.192)	2.192	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	175.000	35.070	(87.546)	122.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre resultado	110.241	(69.525)	114.756	(65.562)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	29.963	27.703	31.863	27.921
Equivalência patrimonial	(17.065)	(21.040)	-	-
Rendimentos e atualizações financeiras	(94)	(74)	(94)	(74)
Provisão de juros e variação cambial	71.012	85.068	75.693	87.548
Provisão para contingências	2.610	(125)	1.557	547
Provisão para perdas com outros ativos	2.120	(881)	2.172	(739)
Créditos Tributários	(109.043)	-	(109.043)	-
Baixas do ativo permanente e outros investimentos	126	386	130	406
Variações nos ativos e passivos:				
Redução/(aumento) das contas a receber	25.235	(36.164)	30.288	(44.301)
Redução/(aumento) dos estoques	8.804	(13.979)	8.742	(14.969)
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	4.282	(5.676)	4.254	(5.393)
Redução/(aumento) de outros ativos	(1.309)	2.890	(1.348)	3.028
Aumento/(redução) de fornecedores	16.524	51.106	16.553	51.051
Aumento/(redução) de obrigações sociais	(2.008)	(5.196)	(2.159)	(5.262)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(1.469)	1.415	2.198	1.988
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.570)	-	(35.085)	(3.959)
Aumento/(redução) de outros passivos	13.098	6.881	3.636	(443)
Fluxo de caixa originado nas atividades operacionais	122.457	22.789	144.113	31.787
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	17.065	23.650	-	-
Aquisição de imobilizado	(6.276)	(4.430)	(6.499)	(4.532)
Aquisição de intangível	(1.093)	(100)	(1.093)	(100)
Aplicação financeira	(16.612)	(18.167)	(16.137)	(11.202)
Fluxo de caixa originado nas atividades de investimento	(6.916)	953	(23.729)	(15.834)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	837.103	557.943	976.040	684.234
Amortização de empréstimos e financiamentos	(891.924)	(526.153)	(1.030.405)	(645.861)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(56.945)	(58.556)	(60.186)	(58.556)
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.410)	-	(5.389)	-
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(115.176)	(26.766)	(119.940)	(20.183)
Variação líquida do caixa e valores equivalentes	365	(3.024)	444	(4.230)
Caixa e valores equivalentes no início do exercício	317	3.341	529	4.759
Caixa e valores equivalentes no fim do exercício	682	317	973	529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Fundada em 1972, a TUPER S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social em São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil. A TUPER S.A. controla 7 subsidiárias integrais, doravante coletivamente denominadas “TUPER” ou “Grupo”.

Com 48 anos de atuação, a TUPER figura entre as principais processadoras de aço do Brasil. Seu parque fabril encontra-se instalado em Santa Catarina e tem capacidade para processar mais de 800 mil toneladas de aço por ano. Com cerca de 1.600 profissionais e 19 pontos de distribuição em todo território nacional, a Companhia atua em diferentes setores estratégicos da economia, como: automotivo, industrial, agronegócios, construção civil e óleo e gás.

Portfólio de produtos e foco de atuação

A TUPER conta com um amplo portfólio de produtos, que contempla, tubos de aço carbono pretos e galvanizados para aplicações industriais, estruturais e de condução; tubos API; eletrodutos galvanizados; perfis estruturais metálicos; peças e componentes automotivos; sistemas de exaustão para veículos originais; escapamentos, catalisadores e ponteiras para o mercado automotivo de reposição; sistemas de coberturas metálicas; lajes nervuradas; escoras metálicas; andaimes; estacas. A evolução da sua linha de produtos acompanha as tendências do mercado e atende às mais exigentes normas nacionais e internacionais.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a TUPER contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. Integra também o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e conta com premiações e o reconhecimento dos principais setores em que atua.

Medidas de equacionamento econômico e financeiro

O exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentou melhora nos níveis operacionais e crescimento do faturamento em relação aos exercícios anteriores. O capital circulante negativo no valor de R\$ 250.102 e R\$ 248.226, respectivamente individual e consolidado, é atribuído principalmente a captação de recursos com vencimento no curto prazo para financiamento do capital de giro.

Diante desse contexto, a TUPER mantém o seu plano de reestruturação e fortalecimento que inclui várias ações, dentre as quais podemos destacar o alongamento do prazo de vencimento dos recursos de terceiros, ampliação de novas linhas de crédito para capital de giro, redução de custos e despesas e desenvolvimento das exportações de tubos API para o segmento de Óleo e Gás.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Estrutura de capital

Em 6 de outubro de 2016 a TUPER S.A. e a ArcelorMittal Brasil S.A., por meio da subsidiária Armar Comércio Importação e Exportação Ltda., oficializaram a associação estratégica que contempla a capitalização de créditos financeiros em capital correspondente à 40% das ações da TUPER.

A associação estratégica trouxe vantagens para as duas companhias e também possibilitou fortalecimento do mercado nacional por meio do desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, de alta qualidade e valor agregado. Nesta configuração, a ArcelorMittal Brasil terá um parceiro estratégico com grande consumo de bobinas laminadas e galvanizadas produzidas nas unidades ArcelorMittal Tubarão, localizada em Serra (ES), e ArcelorMittal Vega, em São Francisco do Sul (SC). Por sua vez, a TUPER ganhou maior segurança no abastecimento da matéria-prima, visto que as companhias firmaram acordo de fornecimento das matérias-primas produzidas pela ArcelorMittal. Essa combinação resulta no atendimento efetivo e pleno aos clientes, tanto no mercado interno como no externo.

Reestruturação financeira

No exercício de 2018, a Companhia renegociou a maior parte da dívida com seus credores, mediante a celebração de um plano de recuperação extrajudicial, que garantiu um período de carência para a amortização e alongamento do prazo de pagamento, contribuindo com a retomada do seu ciclo operacional. O plano de recuperação extrajudicial prevê em caso de não cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Plano, a possibilidade de os credores solicitarem a sua resolução, tornando sem efeito os termos repactuados, retornando os contratos abrangidos pelo mesmo aos seus termos originais.

Considerando que o desempenho da economia não aconteceu na mesma velocidade que estava prevista no plano, a Companhia iniciou uma nova conversa com os credores a fim de rediscutir o cronograma de amortização, visando o alongamento da dívida e estabelecimento de um fluxo de caixa sustentável. Com base nas discussões de renegociação, a Companhia passou a pagar apenas os juros nos vencimentos a partir de 2020, conforme divulgado na nota explicativa de eventos subsequentes. Até a emissão destas demonstrações financeiras não foi concluída a renegociação, contudo, a discussão segue bastante avançada e próxima de uma definição, para todos efeitos legais, o plano continua em plena vigência entre as partes.

A Administração está confiante que os resultados das ações que vêm sendo tomadas darão grande impulso ao desenvolvimento operacional, fortalecendo a Companhia e assim contribuindo para retomada de sua lucratividade e do equilíbrio de seu capital circulante.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados atribuíveis aos acionistas da controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e sua emissão foi aprovada pela Diretoria em 12 de março de 2020.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A Companhia adotou todas as normas vigentes em 31 de dezembro de 2019 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

2.1 Bases para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Tuper S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, apresentadas a seguir:

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação--Continuação

Razão social	País Sede	Relação	% de participação	
			31/12/2019	31/12/2018
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – DF	Brasil	Direta	100.00%	100.00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – RS	Brasil	Direta	100.00%	100.00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – SC	Brasil	Direta	100.00%	100.00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MG	Brasil	Direta	100.00%	100.00%
Tuper Distribuidora Prod. Metal S.A. – DF	Brasil	Direta	100.00%	100.00%
Tuper Distribuidora de Escapamentos S.A – SP	Brasil	Direta	100.00%	100.00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MT	Brasil	Direta	100.00%	100.00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Investimentos nas demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.4 Moeda funcional e transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia, definida por esta devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

a) *Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros*

Ativos financeiros são reconhecidos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

b) *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

a) *Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Passivos financeiros--Continuação

b) *Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas no exercício.

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, no entanto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi identificada necessidade de provisão para impairment.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data do investimento.

2.9 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

2.10 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram, somente para efeitos de divulgação, tais propriedades pelo método de valor justo.

2.12 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13 Intangível

Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível” nas Demonstrações Financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Desenvolvimento de projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período do benefício econômico futuro. Gastos com pesquisa são registrados como despesas quando incorridos.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos com riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a despesa de imposto de renda e contribuição social é impactada pela adoção, em diversas das controladas, do sistema de apuração com base no lucro presumido, conforme legislação fiscal Brasileira.

2.18 Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.19 Reconhecimento da receita de vendas

A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços, conforme requisitos do CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente.

A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares, e apresentada pelo seu valor líquido.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societário. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2), estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), sendo efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019, data que a Companhia optou por adotar a nova norma, pelo método retrospectivo modificado. A Companhia considerou as isenções relacionadas a contrato de curto prazo e bens de baixo valor, porém, na adoção inicial não identificou contratos que se enquadrem nestas circunstâncias.

O impacto inicial de adoção do CPC 06 (R2) foi de R\$ 16.058 no ativo consolidado, com contrapartida no passivo circulante de R\$ 5.226 e no passivo não circulante de R\$ 10.832. A natureza dos contratos é substancialmente de aluguéis de imóveis.

ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos no CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, quando existe incerteza relativa ao tratamento desses tributos.

A Companhia e suas controladas aderiram à norma a partir do início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019. No entanto, com base no entendimento da Administração, não há impacto material na contabilização decorrente de posições incertas relativas a tributos sobre o lucro em razão da adoção deste novo pronunciamento contábil.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

Algumas normas e interpretações foram emitidas, mas ainda não são efetivas na data destas demonstrações financeiras. Da mesma forma, determinadas normas atualmente em vigor foram alteradas e serão aplicadas no futuro.

A administração ainda está avaliando os impactos de tais normas, mas em sua avaliação preliminar, não haverá impacto relevante às demonstrações financeiras.

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras .

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, e a capacidade de recuperabilidade dos ativos permanentes (*impairment*), realização do ativo fiscal diferido, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos trimestralmente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são revisadas no mínimo anualmente, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e
- d) Realização dos créditos com partes relacionadas.

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Ativos ao custo amortizado: São classificados como ativos ao custo amortizado os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam aos valores contábeis. Os instrumentos financeiros em sua maioria são valorizados por técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável (Nível 2), em alguns casos, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível são empregadas (Nível 3).

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos a variáveis de taxas de juros e a índices de reajustes da Companhia e de suas controladas, e os seus respectivos impactos no resultado de três meses estão abaixo demonstrados. A sensibilidade leva em consideração a definição de dois cenários adicionais, com uma deterioração de 25% (cenário possível) e outra de 50% (cenário remoto) aplicada sobre a parcela exposta a taxa variável considerada no cenário provável, conforme segue:

Operação	Indexador	Saldo em 31/12/2019	Consolidado		
			Receita (Despesa) com juros		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	4,40%	52.852	581	727	872
Capital de giro em moeda nacional	14,84%	(180.580)	(6.501)	(6.701)	(6.941)
Capital de giro em moeda estrangeira	9,65%	(17.447)	(139)	(174)	(209)
Financiamentos em moeda nacional	8,58%	(187.778)	(3.808)	(4.146)	(4.483)
Financiamentos em moeda estrangeira	5,77%	(68.027)	(1.036)	(1.295)	(1.554)
Debêntures em moeda nacional	8,40%	(106.004)	(2.158)	(2.441)	(2.724)
Saldo líquido		(506.984)	(13.061)	(14.030)	(15.039)

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira. Para reduzir esse risco, a administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está exposta a USD 21.206 relacionado a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 85.474 na posição consolidada, sendo todo montante na moeda dólar americano.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	4	10	4	10
Bancos conta movimento	678	307	969	519
Total de caixa e equivalentes	682	317	973	529
Aplicações financeiras	51.565	34.859	51.879	35.648
Total de aplicações financeiras	51.565	34.859	51.879	35.648

Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por CDBs remunerados por taxas de 97,5% a 100% do CDI, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2018. Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

As aplicações financeiras mantêm a finalidade de cumprimento de garantia em contratos firmados com instituições financeiras.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cientes terceiros	127.329	160.120	150.940	182.615
Partes relacionadas (nota 17.a)	16.241	9.907	752	737
Contas a receber	143.570	170.027	151.692	183.352
Venda para entrega futura	(750)	(38)	(750)	(38)
Provisão para perdas	(16.490)	(18.165)	(18.054)	(19.827)
Total do contas a receber	126.330	151.824	132.888	163.487
Parcela circulante	125.974	151.018	132.497	162.681
Parcela não circulante	356	806	391	806
Aging-list contas a receber	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos há mais de 365 dias	17.644	19.022	19.121	20.573
Vencidos entre 180 e 365 dias	589	858	669	966
Vencidos até 180 dias	5.101	2.554	5.314	3.220
Total	23.334	22.434	25.104	24.759
A vencer em até 90 dias	117.861	145.531	123.971	156.252
A vencer entre 90 e 180 dias	1.375	1.011	1.568	1.248
A vencer acima de 180 dias	1.000	1.051	1.049	1.093
Contas a receber de clientes	143.570	170.027	151.692	183.352
Movimentação da provisão para perdas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	(18.165)	(18.234)	(19.827)	(19.754)
Reversão de provisão	1.484	2.428	1.629	2.508
Baixa de provisão	1.934	-	2.084	-
Constituição de provisão	(1.743)	(2.359)	(1.940)	(2.581)
Saldo provisão para perdas	(16.490)	(18.165)	(18.054)	(19.827)

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por contas a receber de clientes, no valor de R\$ 92.509.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	31.771	32.697	32.243	33.673
Produtos em elaboração	23.105	29.991	23.105	29.991
Matérias primas	19.733	24.523	19.760	24.546
Material em poder de terceiros	3.641	2.809	3.641	2.809
Produtos para revenda	1.231	825	7.017	6.052
Almoxarifado	13.358	10.733	13.379	10.752
Outros estoques	351	416	352	416
Provisão para perda de estoque	(6.111)	(4.250)	(6.111)	(4.250)
Total dos estoques	87.079	97.744	93.386	103.989

Movimentação da provisão para perda de estoque	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	(4.250)	(5.062)	(4.250)	(5.062)
Reversão (constituição) de provisão	(1.861)	812	(1.861)	812
Saldo provisão para perda de estoque	(6.111)	(4.250)	(6.111)	(4.250)

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por estoques, estimados em R\$ 78.108.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	5.978	9.498	6.053	9.551
IPI	5.049	4.533	5.049	4.533
Créditos tributários a restituir	109.043	-	109.043	-
Outros impostos a recuperar	6.076	7.354	6.133	7.405
Total de impostos a recuperar	126.146	21.385	126.278	21.489
Parcela circulante	44.525	19.493	44.657	19.597
Parcela não circulante	81.621	1.892	81.621	1.892

No exercício de 2019 a Companhia obteve êxito em duas ações judiciais no âmbito tributário. No mês de setembro, transitou em julgado a ação que discutiu a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, assegurando o direito da Companhia em recuperar o montante atualizado de R\$ 159.544. Em dezembro, a Companhia obteve o trânsito em julgado da ação que discutiu a exclusão do crédito presumido do ICMS da base de tributação do IRPJ e da CSLL, viabilizando a recuperação do montante de R\$ 8.328.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar--Continuação

Os créditos tributários tiveram como contrapartida as rubricas de Outras Receitas e Despesas (nota 21) e Receitas Financeiras (nota 22) no resultado do exercício, nos montantes de R\$ 97.415 e R\$ 70.457, respectivamente. De acordo com a avaliação da Administração, os créditos serão compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil no período estimado de 4 anos.

9. Investimentos em controladas

Nome	Participação %	Patrimônio líquido		Resultado		Equivalência patrimonial		Valor patrimonial	
		12/2019	12/2018	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-DF	100%	120	120	1.381	1.720	1.381	1.720	120	120
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-RS	100%	60	60	1.884	2.738	1.884	2.738	60	60
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-SC	100%	60	60	2.385	3.361	2.385	3.361	60	60
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MG	100%	60	60	4.068	4.169	4.068	4.169	60	60
TUPER Distr. Prod. Metal S.A.-DF	100%	72	72	2.478	2.616	2.478	2.616	72	72
TUPER Distr. de Escap. S.A.-SP	100%	360	360	2.667	3.532	2.667	3.532	360	360
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MT	100%	60	60	2.202	2.904	2.202	2.904	60	60
		792	792	17.065	21.040	17.065	21.040	792	792

Por política interna, os lucros apresentados pelas empresas controladas, no momento de sua apuração, são distribuídos integralmente para a Controladora TUPER S.A., observando-se a constituição da reserva legal. Desta forma, o patrimônio líquido dessas controladas não apresentam movimentação patrimonial relativamente ao lucro auferido no exercício. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o saldo de dividendos a receber foi liquidado.

10. Propriedades para investimentos

A Companhia mantém classificados, como propriedades para investimento terrenos e edificações que não estão em uso pela mesma, como também sem operação e com utilização ainda indeterminada. Em 31 de dezembro de 2019, essas propriedades estão registradas ao custo de R\$ 2.891 na controladora e consolidado, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2018.

A política contábil da Companhia é o registro pelo custo histórico, sendo o valor justo estimado em R\$ 6.826 (R\$ 6.826 em 31/12/2019), tendo como base estudo interno realizado pela Companhia, comparando imóveis semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos pelas propriedades para investimentos.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Controladora							Total
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento	
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2017	19.758	109.183	267.564	17.018	-	10.324	1.684	425.531
Adições	-	250	3.224	48	-	295	613	4.430
Baixas	-	(186)	(83)	(34)	-	(83)	-	(386)
Transferências entre grupos	-	-	868	(5)	-	204	(1.067)	-
Depreciação	-	(2.958)	(15.959)	(3.838)	-	(1.803)	-	(24.558)
Saldo em 31/12/2018	19.758	106.289	255.614	13.189	-	8.937	1.230	405.017
Adições	-	416	2.191	1.041	8.846	1.709	919	15.122
Baixas	-	-	(115)	-	-	(11)	-	(126)
Transferências entre grupos	-	415	998	-	-	4	(1.417)	-
Depreciação	-	(2.969)	(15.847)	(3.765)	(3.070)	(1.558)	-	(27.209)
Saldo em 31/12/2019	19.758	104.151	242.841	10.465	5.776	9.081	732	392.804

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento	
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-	-
31/12/2017	19.758	109.309	267.567	17.154	-	10.799	1.684	426.271
Adições	-	250	3.225	62	-	382	613	4.532
Baixas	-	(186)	(82)	(34)	-	(104)	-	(406)
Transferências entre grupos	-	-	868	(5)	-	204	(1.067)	-
Depreciação	-	(2.965)	(15.961)	(3.884)	-	(1.965)	-	(24.775)
31/12/2018	19.758	106.408	255.617	13.293	-	9.316	1.230	405.622
Adições	-	457	2.192	1.067	16.767	1.864	919	23.266
Baixas	-	-	(115)	-	-	(15)	-	(130)
Transferências entre grupos	-	415	998	-	-	4	(1.417)	-
Depreciação	-	(2.976)	(15.847)	(3.805)	(4.780)	(1.701)	-	(29.109)
Saldo em 31/12/2019	19.758	104.304	242.845	10.555	11.987	9.468	732	399.649

As adições na rubrica de arrendamentos não geraram fluxo de caixa no exercício, tanto para a controladora quanto para o consolidado.

No grupo "Outros" estão classificados itens como Móveis e Utensílios, Computadores e Veículos.

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, no montante de aproximadamente R\$ 369.201.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Controladora e Consolidado				
	Ágio	Softwares	Desenv. produtos	Outros	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	5 a 20	5 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2017	117.227	1.714	14.976	238	134.155
Adições	-	100	-	-	100
Amortização	-	(623)	(2.522)	-	(3.145)
Saldo em 31/12/2018	117.227	1.191	12.454	238	131.110
Adições	-	90	993	10	1.093
Transferências	-	13	-	(13)	-
Amortização	-	(401)	(2.353)	-	(2.754)
Saldo em 31/12/2019	117.227	893	11.094	235	129.449

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2019 para o ágio da unidade geradora de caixa Escapamentos. O método utilizado para a apuração foi o valor em uso, mensurado através de projeções de fluxo de caixa descontados, a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa foi 11% em 31 de dezembro de 2019 (11% em 2018). Os fluxos de caixa para os períodos que excedem esse período foram projetados pelo método de crescimento constante, utilizando uma taxa de crescimento limitada a inflação de longo prazo do Brasil. Os estudos concluíram que o valor recuperável desta unidade geradora de caixa é superior ao valor contábil, portanto, não há indicação de desvalorização no exercício.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	38.689	21.748	39.489	22.515
Mercado externo	60.702	62.296	60.702	62.296
Partes relacionadas (nota 17.a / 17.b)	218.548	213.501	218.544	213.501
Contas a pagar de fornecedores	317.939	297.545	318.735	298.312
Parcela circulante	230.962	205.604	231.758	206.361
Parcela não circulante	86.977	91.941	86.977	91.951

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Capital de giro	177.792	185.142	198.027	204.674
Financiamentos	255.805	291.464	255.805	291.464
Debêntures	106.004	112.731	106.004	112.731
Total empréstimos e financiamentos	539.601	589.337	559.836	608.869
Parcela circulante	244.833	232.590	265.068	252.122
Parcela não circulante	294.768	356.747	294.768	356.747

Saldos por vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em até 1 ano	244.833	232.590	265.068	252.122
De 1 a 3 anos	280.489	155.909	280.489	155.909
De 3 a 4 anos	8.403	188.345	8.403	188.345
De 4 a 5 anos	3.156	8.793	3.156	8.793
Acima de 5 anos	2.720	3.700	2.720	3.700
	539.601	589.337	559.836	608.869

Saldos por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reais	454.127	476.107	474.362	495.639
Dólares	85.474	113.230	85.474	113.230
	539.601	589.337	559.836	608.869

Taxa média de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Capital de giro em moeda nacional	14,67%	15,17%	14,84%	15,68%
Capital de giro em moeda estrangeira	9,65%	7,95%	9,65%	7,95%
Financiamentos em moeda nacional	8,58%	10,56%	8,58%	10,56%
Financiamentos em moeda estrangeira	5,77%	5,79%	5,77%	5,79%
Debêntures em moeda nacional	8,40%	10,39%	8,40%	10,39%

Capital de giro

Essa rubrica representa obrigações da Companhia junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, para atendimento de compromissos assumidos junto a fornecedores e clientes, e aporte no fluxo de caixa financeiro.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Financiamentos

Entre as linhas de financiamento incluem-se os contratos firmados nas modalidades destinadas a investimento em máquinas, edificações e demais ativos imobilizados, dos quais destacam-se os seguintes contratos:

- I. Contrato firmado em 19 de outubro de 2010, no qual o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., concede à TUPER S.A. através da emissão de 20 (vinte) Cédulas de Crédito à Exportação “CCEs”, recursos correspondentes a U\$ 30.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados trimestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 48.876, onde, após renegociado e estabelecido novo período de carência, prevê pagamentos trimestrais, sendo a última parcela em 25 de abril de 2022.
- II. Contrato firmado em 31 de março de 2011, no qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES concede a TUPER S.A. crédito corresponde a R\$ 60.496, destinado à instalação de uma nova unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização das instalações industriais. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros que são apurados anualmente no encerramento do exercício. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 22.592, tendo sido renegociado recentemente, e após novo período de carência prevê pagamentos mensais, sendo a última parcela em 15 de janeiro de 2024.

Debêntures

Em 13 de maio de 2013, a Companhia efetuou a distribuição pública da segunda emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$ 150.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados semestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 106.004, onde, após renegociado e estabelecido novo período de carência, prevê pagamentos trimestrais, vencendo a última parcela em 15 de maio de 2021.

Cláusulas restritivas “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não observou alguns limites de índices financeiros previstos em determinados contratos de empréstimos e na escritura das debêntures, sinalizando possível evento de vencimento antecipado no montante de R\$ 153.008. Entretanto, considerando a evolução das negociações, a Companhia optou em manter o montante registrado no passivo não circulante, conforme os termos previstos originalmente nos contratos.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários

Vencimento	Controladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Parcelamento Lei 11.941/09	07/2024	32.733	39.388	32.733	39.388
Parcelamento Lei 12.996/14	10/2029	1.181	1.275	1.181	1.275
Parcelamento INSS	12/2023	18.261	10.539	18.261	10.539
Parcelamento FGTS	02/2024	12.097	10.613	12.097	10.613
Parcelamento ICMS	03/2027	4.195	4.447	4.507	4.893
Parcelamento IPI	02/2024	-	2.951	-	2.951
Parcelamento IRPJ e CSLL	02/2023	-	-	3.295	949
Outros parcelamentos	-	813	1.687	813	1.688
Total de parcelamentos tributários		69.280	70.900	72.887	72.296
Parcela circulante		17.346	16.005	18.241	16.383
Parcela não circulante		51.934	54.895	54.646	55.913

Devido a forte retração do mercado e recessão instalada do país, no período de novembro de 2015 à julho de 2016, a Companhia não honrou com o pagamento de algumas parcelas do Programa Refis instituído pela Lei n.º 11.941/09. Em consequência, na data de 16 de abril de 2016, foi notificada pela Receita Federal de sua exclusão no programa de parcelamento especial.

Com o objetivo de garantir a sua reinclusão no programa de parcelamento, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança, tendo obtido liminar favorável em 18 de agosto de 2016, assegurando assim seu direito ao parcelamento. A Companhia realizou o pagamento das parcelas em aberto, teve os débitos reinseridos no programa de parcelamento e vem cumprindo suas obrigações pontualmente.

Em 18 de maio de 2017, a decisão da liminar foi confirmada através de sentença, no entanto, a Procuradoria Geral da Fazenda interpôs recurso perante o Tribunal Regional Federal, o qual, em 05 de dezembro de 2019, proferiu acórdão dando provimento ao recurso da União. Diante deste revés, a Companhia avançou a discussão, visto que a jurisprudência e os argumentos processuais existentes são consistentes e agregam expectativa de êxito na ação perante os Tribunais Superiores. Em 27 de janeiro de 2020 a Companhia apresentou embargos de declaração, com o objetivo de continuar as discussões indicadas nesta nota explicativa e permanece aguardando julgamento.

Em caso de insucesso da ação judicial, o montante atualmente devido no referido parcelamento teria um incremento estimado de aproximadamente R\$ 70 milhões, decorrente da recomposição dos valores de multa de mora/ofício e dos juros anteriormente anistiados quando da adesão da Companhia ao programa de parcelamento.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Controladora			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2017	1.936	10.782	29.279	41.997
Constituição de provisões	2.804	2.734	1.275	6.813
Reversão de provisões	(3.163)	(2.929)	(846)	(6.938)
Em 31 de dezembro de 2018	1.577	10.587	29.708	41.872
Constituição de provisões	2.927	1.049	1.047	5.023
Reversão de provisões	(1.821)	(567)	(25)	(2.413)
Em 31 de dezembro de 2019	2.683	11.069	30.730	44.482
Depósitos judiciais vinculados	(1.504)	(12)	-	(1.516)
Saldo líquido	1.179	11.057	30.730	42.966

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2017	2.392	10.903	29.572	42.867
Constituição de provisões	3.627	2.740	1.287	7.654
Reversão de provisões	(3.306)	(2.928)	(873)	(7.107)
Em 31 de dezembro de 2018	2.713	10.715	29.986	43.414
Constituição de provisões	2.961	1.051	1.058	5.070
Reversão de provisões	(2.921)	(567)	(25)	(3.513)
Em 31 de dezembro de 2019	2.753	11.199	31.019	44.971
Depósitos judiciais vinculados	(1.679)	(12)	-	(1.691)
Saldo líquido	1.074	11.187	31.019	43.280

Os depósitos judiciais não vinculados às contingências totalizam R\$ 1.397 (Controladora) e R\$ 1.292 (Consolidado) em 31 de dezembro de 2019.

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências--Continuação

a) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são acionadas em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, horas extras, entre outros. Cabe ressaltar que uma boa parte dessas demandas foram originadas na Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., em exercícios anteriores à aquisição pela TUPER, bem como, recentemente com o desligamento de empregados em maior quantidade devido a reestruturação da estrutura organizacional.

b) Contingências cíveis

Correspondem a processos de natureza cível, além de outras causas de menor valor, destaca-se um processo de valor em torno de R\$ 8.000 registrado no último trimestre de 2017, cuja expectativa é de responsabilidade da TUPER pela indenização no montante citado.

c) Contingências tributárias

O montante de R\$ 31.019 em 31 de dezembro de 2019 refere-se a diversas ações envolvendo tributos, as quais estão sendo discutidas na esfera administrativa.

Causas classificadas como "possíveis"

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como "possíveis".

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ações trabalhistas	520	2.048	1.522	2.542
Ações cíveis	31.547	18.582	31.840	18.592
Ações tributárias	297.616	292.970	297.616	293.145
Total de perdas possíveis	329.683	313.600	330.978	314.279

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, em linha com requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. O departamento jurídico faz o acompanhamento dos processos da Companhia e a cada trimestre realiza a atualização formal da atual situação dos processos através de relatórios emitidos por seus consultores externos.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências tributárias--Continuação

Causas classificadas como "possíveis"--Continuação

Nas ações cíveis destaca-se uma ação de ordem indenizatória no montante de R\$ 8.300, na qual os assessores jurídicos consideram a Tuper em sensível vantagem, porém, em razão dos expressivos valores discutidos a demanda merece atenção. Também foram considerados R\$ 14.800 correspondentes a execução judicial promovida em contrato na qual a Tuper figura como avalista de empréstimo bancário.

As ações tributárias referem-se principalmente a notificações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Receita Federal do Brasil, as quais estão sendo discutidas, em sua maioria, na esfera administrativa. Destaca-se um processo no montante aproximado de R\$ 140.000, relativo a notificação da Receita Federal do Brasil, com relação a dedutibilidade da despesa com amortização de ágio oriundo da incorporação da empresa TS Administração e Participações Ltda., ocorrida em fevereiro de 2004, com repercussão na apuração do IRPJ e CSLL, sendo discutida na esfera judicial.

Ainda, em decorrência dos fatos descritos na nota explicativa nº 15, foram considerados R\$ 70.000 em caso de insucesso da discussão judicial acerca do tema Programa de Parcelamento Refis.

Contingência ativa

A Companhia é autora de ações em que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tema este julgado em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal em 15/03/2017, o qual decidiu sobre a impossibilidade de considerar o ICMS como elemento integrante do conceito de faturamento, e nessa condição como base tributável para as contribuições sociais ao PIS e à COFINS, determinando que os tribunais de origem exercessem o seu juízo de retratação em demandas desta natureza.

A ação cujo valor é mais representativo obteve o trânsito em julgado em 04 de setembro de 2019, sendo reconhecido o crédito tributário nas presentes demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.

Outras duas ações relacionadas a este tema se referem a empresas incorporadas pela Companhia e seguem os trâmites no sistema judiciário. No entanto, até a data destas demonstrações financeiras, não consta concluído o cálculo do montante dos créditos.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações entre partes relacionadas

a) Transações registradas na Controladora

Em suas atividades as empresas do Grupo realizam operações de compra e venda entre a TUPER e suas Controladas, sendo 7 subsidiárias integrais, que geram direitos e obrigações e tem os efeitos eliminados na consolidação do Grupo. As transações oriundas de operações de compra e venda de insumos e produtos são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

A Companhia mantém contrato de mútuo com sua Controladora Tuper Participações S.A., o qual foi aditado em 3 de abril de 2017, suspendendo a cobrança de encargos financeiros, tendo recolhido o IOF calculado com base no novo vencimento. O saldo do mútuo com a Controladora será liquidado com retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, conforme previsto no plano de negócios da Companhia.

Em 6 de outubro de 2016 a Companhia recebeu investimento da empresa Armar Comércio Importação e Exportação Ltda., subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A., com a qual a TUPER mantém contrato de fornecimento de suas principais matérias-primas. As operações realizadas entre as partes são efetuadas a preços de mercado.

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial da controladora.

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de Controladas (nota 6)	15.489	9.170
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	752	737
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	177.473	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	193.714	187.380
Contas a pagar para Controladas (Fornecedores)	4	-
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	218.544	213.501
Total Passivos com partes relacionadas	218.548	213.501

b) Transações sem eliminação no Consolidado

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial consolidado.

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações entre partes relacionadas--Continuação

b) Transações sem eliminação no Consolidado--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	752	737
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	177.473	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	178.225	178.210
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	218.544	213.501
Total Passivos com partes relacionadas	218.544	213.501

c) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2019 a administração da Companhia era composta por 5 membros do Conselho de Administração e 2 Diretores Estatutários. O total da despesa com remuneração e participação nos resultados a esses profissionais do exercício acumulado até 31 de dezembro de 2019 foi R\$ 2.942 (R\$ 2.852 em 31 de dezembro de 2018).

d) Avais e garantias

A Tuper mantém operações de aval e garantia entre partes relacionadas, em contratos com instituições financeiras.

Os avais e garantias concedidas em favor de FB Participações Ltda. e Steelmast Metalúrgica Ltda., empresas controladas pelo Diretor Presidente da Companhia, perfazem uma exposição de aproximadamente R\$ 22.000.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente aos acionistas, todos domiciliados no País, é de R\$ 175.000, dividido em 390.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra a conta de Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi realizado o montante de R\$ 2.192 líquido dos impostos (R\$ 2.532 em 31 de dezembro de 2018). O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 35.070 (R\$ 37.262 em 31 de dezembro de 2018).

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos – Controladora

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra “b” do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita mercado interno	1.107.662	901.314	1.171.560	958.768
Receita mercado externo	178.910	247.219	178.910	247.219
Receita operacional bruta	1.286.572	1.148.533	1.350.470	1.205.987
Devoluções de vendas	(25.897)	(36.566)	(26.834)	(37.318)
Impostos sobre vendas	(248.429)	(206.875)	(218.471)	(180.203)
Receita operacional líquida	1.012.246	905.092	1.105.165	988.466

20. Custos e despesas operacionais por função e natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos produtos/serviços vendidos	(828.650)	(749.796)	(862.759)	(779.282)
Despesas com vendas	(106.786)	(95.994)	(133.854)	(118.543)
Despesas gerais e administrativas	(22.982)	(26.369)	(26.948)	(27.390)
Outras receitas e despesas (nota 21)	73.045	(6.549)	73.075	(7.483)
Total das despesas por função	(885.373)	(878.708)	(950.486)	(932.698)

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos estoques	(730.658)	(661.382)	(764.767)	(690.869)
Salários e benefícios a empregados	(104.336)	(93.619)	(110.483)	(98.960)
Depreciação e amortização	(29.963)	(27.703)	(31.863)	(27.921)
Demais receitas (despesas)	(20.416)	(96.004)	(43.373)	(114.948)
Total das despesas por natureza	(885.373)	(878.708)	(950.486)	(932.698)

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários (nota 8)	97.626	3.200	97.626	3.210
Honorários advocatícios	(9.487)	-	(9.487)	-
Indenizações em processos judiciais	(1.555)	(6.639)	(2.360)	(6.976)
Provisão para contingências	(1.718)	1.511	(655)	854
Provisão programa participação resultado	(3.922)	-	(4.143)	-
Ociosidade industrial	(1.486)	(1.223)	(1.486)	(1.223)
Demais despesas	(6.413)	(3.398)	(6.420)	(3.348)
Total de outras receitas e despesas	73.045	(6.549)	73.075	(7.483)

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa	34.024	32.810	34.024	32.810
Atualização créditos tributários (nota 8)	71.873	-	71.873	-
Juros recebidos	1.020	591	1.243	764
Outras receitas financeiras	640	543	662	663
	107.557	33.944	107.802	34.237
Despesas financeiras				
Varição cambial passiva	(41.119)	(54.745)	(41.119)	(54.745)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(62.786)	(61.987)	(68.140)	(65.810)
Juros sobre pagamentos em atraso	(12.421)	(18.291)	(12.427)	(18.295)
Juros sobre parcelamento de tributos	(4.847)	(4.775)	(5.090)	(4.802)
Multas sobre pagamentos em atraso	(3.819)	(1.568)	(4.485)	(1.749)
Despesas AVP de fornecedores	(3.876)	(739)	(3.876)	(739)
Pis e Cofins s/ receitas financeiras	(3.276)	-	(3.276)	-
Imposto sobre operações financeiras	(1.178)	(1.292)	(1.199)	(1.293)
Outras despesas financeiras	(7.932)	(7.496)	(8.113)	(8.134)
	(141.254)	(150.893)	(147.725)	(155.567)
Resultado financeiro, líquido	(33.697)	(116.949)	(39.923)	(121.330)

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	110.241	(69.525)	114.756	(65.562)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	(37.482)	23.639	(39.017)	22.291
Efeito sobre diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	5.802	7.154	-	-
Diferença de alíquota em controladas (Lucro Real x Lucro Presumido)	-	-	2.822	4.542
Outros ajustes	(2.594)	(3.236)	(2.594)	(3.239)
Prejuízo fiscal para os quais não foram constituídos impostos diferidos	-	(30.457)	-	(30.457)
Reconhecimento de IR/CS Diferido sobre prejuízo fiscal não contabilizado anteriormente	2.531	-	2.531	-
IRPJ e CSLL no resultado	(31.743)	(2.900)	(36.258)	(6.863)
Imposto corrente	(30.570)	-	(35.085)	(3.959)
Imposto diferido	(1.173)	(2.900)	(1.173)	(2.904)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais e Base Negativa de CSLL	130.715	130.715	130.715	130.715
Diferença temporária - Provisões	23.999	20.996	23.999	20.996
Diferença temporária - Impairment	1.753	1.921	1.753	1.921
Diferença temporária - Arrend. mercantil	37	213	37	213
Diferença temporária - Ágio	(39.857)	(39.857)	(39.857)	(39.857)
Diferença temporária - Vida útil	(33.659)	(28.705)	(33.659)	(28.705)
Diferença temporária - Custo atribuído	(17.328)	(18.436)	(17.328)	(18.436)
Diferença temporária - Bens reavaliados	(487)	(501)	(487)	(501)
Total dos impostos diferidos - ativo não circulante	65.173	66.346	65.173	66.346

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a administração estima que deverão ser realizados num período de aproximadamente dez anos, conforme plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um saldo de aproximadamente R\$ 122 milhões não registrados de Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL (R\$ 116 milhões em 31 de dezembro de 2018).

TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cobertura de seguros

A TUPER trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador.

As apólices de seguro são emitidas apenas em companhias de seguro de grande porte que possam atender a TUPER nas localidades aonde possuímos operações. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro compreensivo	Veículos	Tabela Fipe + VMR 110%
Cobertura básica	Patrimonial	100%, com limite de R\$100 milhões por sinistro
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais	R\$30 milhões
Risco coberto	Transportes nacionais	100%, com limite de R\$900 mil por carga
Risco coberto	Transportes internacionais	100%, com limite de US\$ 500 mil por carga

25. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do lucro (prejuízo) básico e diluído por não possuir ações ordinárias com potencial dilutivo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	78.498	(72.425)
Média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (ações)	390.154	390.154
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – em reais (R\$)	201,20	(185,63)

A quantidade média ponderada de ações é o número de ações ordinárias totais no início do exercício, ajustado pelo número de ações ordinárias emitidas durante o exercício e multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais estão com os acionistas como proporção do número total de dias do exercício.

26. Eventos subsequentes

Conforme comentando na Nota explicativa 1, em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2020, a Companhia deixou de pagar a parcela de principal do seu Plano de Recuperação Extrajudicial, no montante aproximado de R\$ 7 milhões, tendo pago apenas os juros nos referidos vencimentos. Uma vez atendida determinadas condições, este evento possibilita que seja solicitada a resolução do Plano pelos credores. Além de ter pago os juros devidos nas referidas datas, a Companhia tem mantido comunicações frequentes com os credores, sendo que até a emissão destas demonstrações financeiras, nenhum deles havia se manifestado contrário a continuidade do atual Plano firmado entre as partes.